ISSN 2447-9357

REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS DO INFANTE SANTO D. FERNANDO

Pedro Henrique Pereira[1]
Renata Cristina Nascimento[2]

Graduando do quarto ano do curso de História do Campus Anápolis de CSEH/UEG. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UEG), (IC).[1]
Doutora em História. Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG, UFG, PUC-GO)[2]

Resumo

D. Fernando, da casa de Avis, filho de D. João I, rei de Portugal se tornou um mártir para os portugueses desde o século XV, após ter lutado contra os mouros durante a fracassada conquista de Tanger (1437), praça localizada no norte da África. Após o ataque falho, D. Fernando, juntamente com alguns de seus servidores, foram abandonados pelos portugueses devido às fortes exigências pedidas pelos muçulmanos para que o resgate fosse feito. O resultado disso se deu nos longos anos mantido em cárcere na prisão do inimigo, até sua morte, que gerou em Portugal uma movimentação da Dinastia de Avis para promover seu mártir.

A construção da imagem de D. Fernando enquanto santo é característico do próprio imaginário medieval. Segundo o papa Gregório, o grande (540-604) as representações serviam para ensinar aos iletrados sobre o cristianismo, definindo que a "arte" recebia a função de ligar os pobres à bíblia e também o de evangelizar, entretanto, como vemos no decorrer da Idade Média, as obras de arte se tornaram uma maneira de se obter indulgências e também de assumir o papel de legitimador político, muitas vezes utilizado pela própria igreja, contudo, a criação do mártir português está mais relacionada à coroa portuguesa do que ao religioso, mesmo que neste momento as questões políticas e religiosas europeias pouco se diferem. Neste sentido, a construção das representações, a iconografia e também hagiografia do Infante Santo não foram promovidas somente com o intuito de sacralizar seu sofrimento e morte, mas sim com a intenção de legitimar o projeto expansionista português iniciado pelo seu pai.

Palavras-chave: Infante Santo, Portugal, Representações iconográficas.

Introdução (Problemática e Objetivos)

ISSN 2447-9357

A Expansão Portuguesa é um processo histórico que se confunde com a própria História de Portugal[1]. Em 8 de julho de 1497 partiu de Lisboa a armada de Vasco da Gama com destino ao Índico, com a intenção de estabelecer comércio com os reinos orientais a fim de obter as tão almejadas especiarias. Entretanto, essa conquista portuguesa além-mar não se configura como um evento esporádico, tampouco deve ser creditado tais feitos unicamente ao monarca D. Manuel I. Os estabelecimentos de possessões lusitanas em territórios de outrem constituem parte da premissa do projeto expansionista iniciado pela Dinastia de Avis, que no decorrer do século XV e XVI estabeleceu-se na África ocidental, ilhas do Atlântico, Brasil e Ásia, definindo, então, a política de imperialismo marítimo português nessas regiões.

Se o conceito de nação do reino luso iniciou-se no século XII com a reconquista do território ibérico que há muitos séculos havia sido invadido pelos exércitos muçulmanos, nota-se que a própria Expansão Portuguesa nasce com a tomada de praças no norte da África em 1415, que desde o século VII eram ocupadas pelos mouros, como é o caso de Ceuta e mais tarde Tânger.

Alguns historiadores como Charles Boxer confirmam que o interesse de conquistar territórios além-mar existia no imaginário português muito antes do projeto da casa de Avis. Haviam-se quatro motivos gerais: A cruzada contra os muçulmanos, o desejo de se apoderar do ouro da Guiné, a procura de Preste João[2] e a busca por especiarias orientais[3]. Entretanto, é de fato somente nesta dinastia (1385-1580) que os portugueses se lançam ao mar à procura de riquezas, com o interesse de expandir seu território, suprindo a escassez de sua terra e principalmente expandir a fé cristã. Entretanto, o fenômeno da expansão portuguesa parece-lhe complexo demais para comportar uma diagnose unívoca, como sugere o historiador português Jaime Cortesão[4].

[1] João Paulo e Costa P. 11

[2] Designava-se por Preste (Isto é, presbítero) João das Índias, desde o tempo das cruzadas até os princípios do século 16, um misterioso e opulento soberano que era sacerdote cristão e cujo império se estendia pelas África Oriental e Ásia. Os europeus possuíam no seu imaginário que a aliança com Preste João possibilitaria a vitória dos cristãos sobre os muçulmanos. Entretanto como a localização era extremamente vaga, o Preste passou a ser procurado pela África, China, Mongólia, Índia e Pérsia, até que voltaram a rastreá-lo na África, foi por fim encontrado na Abissínia (Império Etíope), na figura de negus, o que não deixou de constituir profunda decepção: em vez de imperador teocrático da fábula, um mero régulo de algumas tribos africanas que viviam da mão para boca. Vsevolod Slessarev, Prester John – The Letter and the legend, Minneapolis, 1959.

[3] O império marítimo português 1415-1825. Charles Boxer. P.24

[4] Vasco da Gama. Editora Três. 1974 p. 23

ISSN 2447-9357

> Ao findar o século 14, a cristandade tumultua aspirações e energias novas e sente-se que respira esse ambiente de inquietação e apetite de conhecimento que precede as grandes épocas de renovação científica. Tudo, as causas econômicas, as religiões e as científicas, concorriam para lançar o homem na expansão geográfica. É o conjunto, em bloco, desses fatores gerais que de longe prepara e determina o movimento dos descobrimentos geográficos. Isolá-los, para atribuir a qualquer deles, ao sabor das crenças ou tendências do historiador, uma importância única e decisiva, equivale a comprometer antecipadamente o conhecimento da verdade e a visão completa das realidades. Unicamente pode afirmar-se que, enquanto na burguesia urbana e nos príncipes, ao findar a Idade Média, dominam as tendências e práticas, nos espíritos mais cultos ou elevados as razões de caráter espiritual sobrelevam a todas as outras.[5]

A Dinastia de Avis inicia-se a partir da morte do El-rei D. Fernando em 1383, e devido aos interesses de Castela em subir ao trono português é declarada guerra entre esses dois reinos. A burguesia encontra em D. João, filho bastardo de D. Pedro, o cru, um líder capaz de defender a nação. E assim o fez. D. João I assume a coroa após o término da guerra contra Castela em 1385, casa-se com uma princesa inglesa, D. Filipa de Lencastre, a quem deu oito filhos e assim marca o fim da Dinastia de Borgonha e inicia-se a de Avis, e posteriormente o projeto de expansão.

De 1385 a 1415 é celebrada a paz com Castela, e o pequeno reino sente necessidade de expandir-se. A questão dos mouros ainda era real na Península Ibérica, mesmo após terem sido expulsos de Portugal, haviam se recolhidos no norte da África e ainda havia o Reino mouro de Granada, no território da Espanha.

Acrescenta-se, ainda, que o fim da guerra com a nação vizinha deixou a fidalguia lusitana sem ocupação condigna, ao que se refere a comum maneira da nobreza europeia de ganhar nome e prestígio através de saques e pilhagens das batalhas e conquistas. Somado a este ócio, o país sofria de falta de cereais, e já neste momento os portugueses notaram que o território habitado pelos muçulmanos que se estendia além do estreito de Gibraltar era fértil em trigo e alimentos variados.

> Tratava-se, pois, de escolher o melhor ponto para "meter uma lança em África", de molde a garantir o abastecimento de ouro, cereais e pescarias, interceptar o tráfego marítimo dos mouros e, fechando simultaneamente o caminho à expansão castelhana para o norte da África, abrir as portas a dois mundos comerciais: o Mediterrâneo e o marroquino-sudanês. (D'ALMEIDA, 1974, p. 33.)

[5] Descobrimentos e Conquistas. Cortesão Jaime. In. História de Portugal. Ed. De Barcelos, Vol. III.

ISSN 2447-9357

Devido às circunstâncias do território de Portugal, se via necessário um ataque às praças muçulmanas no norte da África para o abastecimento de cereais, ouro e conter a pirataria que ameaçava a economia de pesca na região do Algarve. Fora então decidido o ataque a Ceuta, e para o sucesso dessa empresa, D. João com o apoio de alguns generais e pessoas de confiança, iniciaram um processo a fim de convencer a nobreza portuguesa, que se encontrava em ócio após o fim da guerra contra Castela a participar e financiar a conquista da praça africana.

Além dos interesses políticos e econômicos, há de fato o religioso com o padroado português e suas concessões eclesiásticas nos territórios além-mar, que lhe cabia à responsabilidade e tutela do rei sobre os processos que envolviam a expansão religiosa, os missionários, conversões dos pagãos e estabelecimento de instituições cristãs nestas regiões. A construção do padroado português remonta-se desde a luta das cruzadas e as primeiras possessões lusitanas no norte da África, através da concessão papal obtida a D. João I (1385-1433). A *Bula da Cruzada* (1415) que além de legitimar a ação ofensiva frente aos mouros, autorizava a construção de dioceses e igrejas portuguesas no norte da África como forma de alargar o catolicismo[6].

Após os devidos aprontamentos para a viagem, partem de Lisboa em 23 de Julho de 1415, 220 navios com mais de cinquenta mil homens, entre os quais estavam D. João I, os Infantes D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, os soldados e marinheiros. A propósito de encurtar este episódio, em 21 de agosto do mesmo ano, Ceuta cai e o Infante D. Henrique é armado cavaleiro pelo pai e se torna encarregado de governar esta praça africana.

Com a morte de D. João I em 1433, D. Duarte assumiu a coroa e deu continuidade ao projeto expansionista já iniciado pelo seu pai, que deixou em testamento a vontade explícita de continuar com as conquistas em África. Este iniciou o projeto de uma segunda expedição sobre o litoral marroquino. A decisão de ir a Tânger é tomada após uma consulta aos grandes fidalgos na Corte de Évora de 1436. Este contava com apoio total de seus irmãos, D. Henrique e D. Fernando, grandes entusiastas da expedição, que segundo Rui de Pina[7], pressionaram e seduziram o Rei com argumentos bastante convincentes, sendo que para dar continuidade ao projeto expansionista, proteger Ceuta e estabelecer a hegemonia portuguesa na região, era

[6] MÚRIAS, Manuel. A Nova Cruzada: reconhecimento da posse dos mares e das terras descobertas. in BAIÃO, António, CIDADE, Hernani e MÚRIAS, Manuel (dir). História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Editorial Ática, 1939. v.2. pp. 33-38.
[7] *Crónica do Rei D.Duarte*. Rui de Pina. Lisboa : Editorial Presença, 1966.

ISSN 2447-9357

necessário ocupar mais praças no norte da África[8]

Entretanto, a expedição a Tânger (1437) foi desastrosa para os portugueses e principalmente para D. Fernando. Este acabou vivendo um verdadeiro tormento como podemos ver na crônica feita pelo Frei João Alvares[9], durante o período que o mesmo esteve em cativeiro com o Infante. Apesar de toda movimentação para recuperar os cativos e especialmente D. Fernando, foi decidida na Corte de Leiria de 1438 que nada seria feito, pois os mouros queriam a cidade de Ceuta em troca do Infante, definindo assim a morte trágica de D. Fernando na prisão muçulmana, iniciando o que se pode chamar de "drama de Tânger", cujo desfecho culminaria na construção da narrativa do martírio do Infante Santo, fornecendo à dinastia de Avis um forte elemento propagandístico capaz de sacralizar as ações expansionistas do reino Português[10].

São dois agentes responsáveis pela criação do Infante Santo: O principal interessado, foi a casa de Avis com os cultos organizados pela Duquesa Isabel de Borgonha, e também os relatos do cronista João Alvares que mais tarde em 1451 foi convidado para ingressar na Casa Henriquina. Para tanto foram feitos painéis, como o Tríptico do Infante Santo (hoje no Museu de Arte Antiga em Lisboa), uma estatua em Santarém e representações posteriores de seu martírio na Acta Sanctorum.

Durante a construção da hagiografia foram feitas muitas associações de D. Fernando a Cristo, como o fato de ter sofrido nas mãos dos ímpios para salvar a humanidade e também as últimas horas de sofrimento antes de sua morte. Ao sacralizar todo o ambiente onde o Infante passou os últimos dias de sua vida, criou-se também o interesse em conquistar aquela praça e dar continuidade ao processo expansionista e legitimação da Dinastia de Avis.

Durante muitos anos foram criadas imagens sobre o Infante D. Fernando, dando ênfase aos seus anos como cativo dos mouros, foram associadas representações com a imagem de Nossa Senhora, pois segundo a construção de sua hagiografia, a mesma havia consolado o príncipe antes de sua morte. A própria construção do Santo serviu como justificativa quando

[8] "Num período de pouco mais de em anos, ou seja, entre 1415 e 1521, Portugal conquistou, ocupou e construiu no Norte da África um conjunto significativo de cidades e praças fortes, mantendo aí uma presença ininterrupta, sobretudo de caráter militar." ROSA, Maria de Lourdes. *Do santo conde ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte-africana (1415-1521). In Deutsches Historisches Museum, Novos mundos – Portugal à época dos descobrimentos. Ciclo de conferências – Berlim: 2006.p.1*

[9] Trautado da Vida e Feitos do Muito Vertuoso Sor Iffante D. Fernando.

[10] NASCIMENTO, R.C.S. A expansão das fronteiras da Cristandade no século XV: Sacralidade e legitimidade do projeto político da casa de Avis. In: Fernandes, Fátima Regina. (Org). Identidades e fronteiras no medievo ibérico. 1ed.Curitiba: Juruá, 2013,v. 1, p. 177-191.

ISSN 2447-9357

os reinos ibéricos disputavam em torno das conquistas da África, e a coroa portuguesa sustentava que havia recebido a missão de lutar contra os mouros e de convertê-los.

A justificativa deste trabalho está na importância que a iconografia de D. Fernando assume tanto na sua representação de santidade, como também na legitimação de uma dinastia.

Referencial Teórico

Dentro das principais fontes, quando analisamos as primeiras representações e a construção das hagiografias referentes à vida do Infante Santo, a obra que mais destacou-se desde então foi "*Trautado de vida e feitos do muito virtuoso Sor Infante D. Fernando 1451-1460"* pelo Frei João Alvares, entretanto outra hagiografia escrita em latim por autor desconhecido chamada "*Martyrium et gesta infantis domini Fernandi – 1415-1470.*

Frei João Alvares que também foi mantido sob cativeiro juntamente a D. Fernando, se tornou essencial para a criação da imagem do santo, pois quando foi libertado em 1448, somente cinco anos após a morte do príncipe, se tornou o principal cronista a cerca dos últimos anos de vida do Infante. "Tendo vivido a intimidade do Príncipe, Frei João Alvares dispunha de informes preciosos acerca de seu biografado. Acompanhara-o na sua juventude e, sobretudo viveu com D. Fernando nas horas amargas do cativeiro, recebendo-lhe as últimas confidências". (Serrão,1999:11).

A temática das representações de D. Fernando foi trabalhada em destaque pelos historiadores portugueses, entretanto dentre os historiadores brasileiros notamos um forte interesse pela sua pesquisa, como a professora doutora Renata Cristina, grande entusiasta dos elementos que compõem a Expansão Ibérica e sua coroa e outros nomes importantes como Clínio do Amaral que discute a relação da construção da narrativa do Infante Santo e seu papel legitimador da Dinastia de Avis.

Metodologia

A hagiografia, indissociável do contexto religioso e sócio-cultural do santo biografado, tem suas origens nos elogios fúnebres. Transformando o homem em herói, o gênero hagiográfico permitia demonstrar que mesmo homens e mulheres poderiam assumir os ideais

ISSN 2447-9357

de Cristo se tornando santos. Entre as diversas finalidades atribuídas ao gênero hagiográfico, uma delas era efetivamente a didática, fornecendo ao leitor um modelo a ser seguido e um exemplo de vida a ser imitado. A edificação do santo torna a hagiografia uma estratégia política para reforçar ideais da igreja e no caso desta pesquisa, a legitimação da Dinastia de Avis.

Para reforçar as pretensões políticas da legitimação e o prestígio de uma comunidade civil e religiosa era necessária a presença das relíquias do Infante D. Fernando e a localização de seu túmulo, pois o principal local de culto a um santo era seu túmulo, portanto a criação da hagiografia do Infante foi tão importante e estratégica para a construção de sua iconografia e legitimação de sua santidade.

Desta maneira, o estudo da iconografia e a hagiografia do Infante D. Fernando e a busca da casa de Avis para a legitimação do santo nunca beatificado assumirá o papel de estudo e reflexão político-religiosa existentes no medievo, e sua função sobre os cristãos.

Resultados e Discussões

A análise das principais produções historiográficas a cerca da construção das representações surgiram com maior predominância após a hagiografia de João Álvares na qual retrata todo o sofrimento passado durante os onze anos enquanto cativo. A partir dessas descrições, retratos e pinturas foram encomendadas pela nobreza de Avis, bem como a difusão do seu culto. Existiam três formas de veneração ligadas ao Infante Santo: As celebrações propriamente litúrgicas, as manifestações de piedade popular e a veneração de imagens esculpidas e pintadas.

Com a ascensão da Dinastia de Avis na virada do século XIV para o XV, foi ordenada a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mais conhecido como Mosteiro da Batalha, foi considerado o panteão régio da Dinastia de Avis, guardando até os dias de hoje os túmulos dos principais membros da família real, incluindo os restos mortais de D. Fernando adquiridos durante o século XV. Este mosteiro irá representar o maior símbolo do poder de Avis e segundo Clínio do Amaral, pode ser comprovada a veneração do Santo neste mosteiro até o início do século XIX, quando o culto entra em ostracismo a partir disso.

ISSN 2447-9357

Entre as principais representações do Infante Santo, destacam-se sua escultura em uma praça de Santo Arém, construída pelo escultor Leopoldo Neves de Almeida em 1960. Uma das mais conhecidas esta presente no Padrão dos Descobrimentos, na qual é representado como um dos grandes navegadores que contribuíram para o projeto expansionista, por fim, talvez a representação mais emblemática, encomendada pelo próprio D. Henrique em 1450, a pintura do Tríptico do Infante Santo juntamente com seu Acta Sanctorum.

Conclusão

Concluímos que a participação do Infante D. Fernando no projeto expansionista teve pouca importância enquanto vivo, sendo o filho mais novo, o mesmo buscava fazer nome e fama através das guerras contra os mouros. Entretanto seu desfecho como já foi discutido durante todo esse artigo resultou na sua morte, mas o esforço e a propaganda da Coroa na criação de seu mártir criou um personagem que liturgicamente assumiu a função de legitimar o projeto expansionista iniciado pelo seu pai. Através das hagiografias que retratavam os últimos dias do infante como um cristão sofrendo nas mãos dos muçulmanos, a propaganda justificava que os cristãos não deviam passar por esses sofrimentos, levantando mais alto ainda as intrigas com os mouros, provocando nos futuros embates um sentimento cruzadista lembrado pelos primeiros enfrentamentos entre as duas sociedades desde o século VII.

Embora o Infante nunca tenha sido santificado, como pudemos mostrar, seu culto durou até o século XIX e neste curto período, digamos que enquanto mártir simbólico e construído, D. Fernando conseguiu construir a fama que tanto almejava, mesmo tendo um desfecho trágico.

Referências

Fontes impressas:

ALVARES. Frei João. *Chronica dos Feytos, Vida, e Morte do Infante Fanto D. Fernando, que Morreo em Fez*. In: RAMOS, Jerônimo de. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1730.

.

REBELO. António Manuel Ribeiro. *Martyrium et gesta infantis domini Fernandi: a biografia latina de D. Fernando, o infante Santo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. *2007*.

ISSN 2447-9357

VARAZZE, J de *Legenda Áurea- Vidas de Santos*. SP: Companhia das Letras, 2003.

Bibliografia:

Amaral. Clinio de Oliveira. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481).* Niterói: Tese de doutorado (UFF). 2008.

_____. *A relação entre o culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis na segunda metade do século XV*. In NOGUEIRA, Carlos. O Portugal Medieval. SP: Alameda, 2010.

CALADO. Adelino de Almeida. *Frei João Álvares- Obras.* Edição crítica, cartas e traduções. Vol II, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra. 1959

FERNANDES, Fátima Regina. *Identidades e fronteiras no medievo ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

FONTES, João Luís Inglês. *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo.* Cascais: Patrimonia, 2000.

GOMES. Saul Antônio. *D. Afonso V- o africano*. Reis de Portugal. Lisboa: Temas & debates. 2009.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica.* In A Idade Média- Entre a História e a Historiografia. (Org) Nascimento. Renata Cristina de S. & MARCHINI. Dirceu N. Goiânia: Ed. Puc-Go. P 53- 77.

NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *O Combate em Nome da Fé nos Relatos Hagiográficos*. In Revista Crítica Histórica. Maceió (UFAL), Ano IV, nº 7, julho/2013. p 139-151.
.

_____ &MARCHINI NETO, Dirceu *A Idade Média: entre a história e a historiografia*. 1ª ed. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2012.

_____ *Narrativas sobre o Martírio e Culto ao Infante Santo (século XV)*. In NASCIMENTO. Renata C.& MARCHINNI. Dirceu. (Org) A Idade Média: Entre a História e a Historiografia. Goiânia: PUC, 2012.

ROSA. Maria de Lourdes. *Do santo conde ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte- africana (1415-1521).* In Deutsches Historisches Museum, Novos Mundos- Portugal à época dos descobrimentos. Ciclo de conferências- Berlim: 2006. Disponível em <http://www.dhm.de/ausstellungen/neuewelten/pt/essays.html>.

ISSN 2447-9357

SCHMITT. Jean- Claude. *O Corpo das Imagens- Ensaios sobre cultura visual na Idade Média.* Tradução de José Rivair Macedo. Bauru, SP: Edusc:2007.